



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

RESOLUÇÃO Nº 03/2010

Institui, no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado da Paraíba o Programa Colaborador Voluntário e dá outras providências.

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que, além da competência para a preparação, organização e direção do processo eleitoral, cabe à Justiça Eleitoral o esclarecimento e orientação dos cidadãos sobre os mecanismos a ele inerentes;

CONSIDERANDO que, para a conclusão do processo de escolha dos representantes políticos, a Justiça Eleitoral não pode prescindir dos mesários, figura que garante a organização e desenvolvimento da votação, no dia das eleições propriamente ditas;

CONSIDERANDO que o serviço de mesário é obrigatório, sendo que a designação dá-se por meio de requisição do Juiz Eleitoral, devendo recair sobre cidadãos com as qualificações necessárias, apontados dentre os inscritos no Cadastro Nacional de Eleitores;

CONSIDERANDO que a atualização dos dados pessoais do eleitor, constantes do Cadastro Nacional, somente ocorre quando o mesmo procura a Justiça Eleitoral para proceder a revisão, de sorte que o Cadastro pode não espelhar integralmente a fidelidade dos dados relativos à profissão, grau de instrução e endereço;

CONSIDERANDO que o método de recrutamento de mesários, na forma como vem sendo utilizado, tem-se mostrado ineficiente para a localização dos mesários indicados, o que, por vezes, requer inúmeras diligências e, mesmo após as nomeações, sendo necessário proceder a várias substituições;

CONSIDERANDO o resultado positivo que advêm de campanhas de esclarecimento sobre a importância do serviço de mesário, enfocada na conscientização política

enquanto definidora de cidadania, com a finalidade de angariar pessoas voluntárias para alistar-se como mesários,

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de uma constante renovação dos quadros de mesários.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e instituir o Programa Colaborador Voluntário no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Art. 2º - O Programa terá como foco, preferencialmente, servidores públicos e universitários.

Art. 3º A inscrição no Programa Colaborador Voluntário dar-se-á por meio do sítio internet do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, em página específica para esta finalidade, ou através de formulários a serem disponibilizados nos Cartórios Eleitorais do Estado e durante as visitas realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral às instituições de ensino e órgãos públicos para divulgação do programa.

Art. 4º Por tratar-se de adesão voluntária ao Projeto, a saída do colaborador poderá ser requerida pelo mesmo a qualquer tempo, respeitando o prazo mínimo para a convocação de substituto pelo Cartório Eleitoral para a vaga deixada pelo mesmo.

§ 1º O tempo mínimo de que trata a cabeça deste artigo é de 45 (quarenta e cinco dias) anteriores ao pleito eleitoral.

§ 2º O voluntário deverá permanecer como colaborador por tempo não inferior a duas eleições, não considerando-se a existência da realização de segundo turno.

§ 3º O pedido de saída do voluntário não o isenta de poder vir a ser convocado posteriormente, contudo haverá a necessidade de interstício mínimo de 3 (três) anos entre a sua saída e nova convocação, salvo haja interesse do eleitor em retornar ao Programa.

Art. 5º Fica delegada a Escola Judiciária Eleitoral, EJEJPB, a divulgação do programa objeto desta Resolução, bem como o encaminhamento dos formulários de inscrição recebidos pelo TRE-PB aos respectivos Cartórios Eleitorais.

Art. 6º - Serão realizadas palestras de conscientização pelos integrantes das Comissões Científica e Sociocultural da Escola Judiciária em repartições públicas e instituições de ensino.

§ 1º Durante os eventos de que trata a cabeça do artigo, serão distribuídos folders contendo informações sobre o papel do mesário, quem está habilitado a exercer tal função, como os mesmos podem ser convocados e quais as vantagens que o cidadão percebe por realizar esse trabalho.

§ 2º As palestras terão caráter informativo acerca da importância do sistema eleitoral como ação de cidadania e em especial do papel do mesário nesse processo.

Art. 7º Fica estabelecido como critério de desempate nos concursos públicos a serem realizados para o preenchimento de cargos vagos no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba a participação pretérita no Programa Colaborador Voluntário, considerando-se o disposto na legislação específica.

Art. 8º Como condutora do Programa Colaborador Voluntário, a EJE-PB poderá firmar acordos de parceria com órgãos públicos para credenciamento de novos colaboradores através do preenchimento do formulário de inscrição junto aos setores de gestão de pessoas das instituições conveniadas.

§ 1º Como fruto do acordo entre o TRE-PB, através da Escola Judiciária, e os órgãos públicos, far-se-á a extensão àquele órgão do que foi estabelecido pelo artigo 7º desta Resolução.

§ 2º Os acordos de que tratam a cabeça do presente artigo também poderão ser estendidos às instituições de ensino superior, dentro da categoria de Mesário Universitário, sendo que, nesse caso, o estudante participante do programa fará jus a uma bonificação correspondente a 30 (trinta) horas-aula a título de atividade extra-curricular.

Art. 9º A Escola Judiciária Eleitoral também poderá firmar acordos de convênio e/ou patrocínio com instituições privadas no intuito de viabilizar a divulgação do programa.

§ 1º A divulgação do programa Colaborador Voluntário se dará por meio de cartazes, folders, spots para veiculação em rádio e VTs para exibição em emissoras de televisão, viabilizados através dos convênios/patrocínios de que trata o presente artigo.

§ 2º Os cartazes e folders serão produzidos conforme modelo a ser desenvolvido pela EJE-PB através de sua Coordenação e comissões.

§ 3º A produção dos spots e VTs, de que tratam o parágrafo primeiro, será realizada pela Assessoria de Comunicação Institucional deste Tribunal, sob a coordenação da EJE-PB.

Art. 10º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DA PARAÍBA, João Pessoa, 15 de março de 2010.

Des. Genésio Gomes Pereira Filho
Presidente

Des. Manoel Soares Monteiro
Vice-Presidente

Dr. Carlos Neves da Franca Neto
Corregedor Regional Eleitoral

Dr.^a Niliane Meira Lima
Juíza Federal

Dr. Carlos Antônio Sarmiento
Juiz Membro

Dr. João Ricardo Coelho
Juiz Membro

Dr. Newton Nobel Sobreira Vita
Juiz Membro

Dr. Werton Magalhães Costa
Procurador Regional Eleitoral